

Público

31-08-2013

Periodicidade: Diário**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 51453**Temática:** Diversos**Dimensão:** 264**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 44**EDITORIAL**

A floresta não arde só pelo crime

O Governo deve aproveitar o clima de comoção com os incêndios para discutir novas políticas florestais

Vários responsáveis do Governo, incluindo o primeiro-ministro, têm associado o brutal surto de incêndios das duas últimas semanas à multiplicação de práticas criminosas. As detenções por fogo posto realizadas pela GNR ou pela Polícia Judiciária não desmentem esta avaliação - este ano já se registaram quase meia centena de detenções de suspeitos de incendiarismo. Valia por isso a pena discutir estratégias para se combater a acção dos pirómanos, que, em consequência de distúrbios mentais ou de mera vocação criminosa, reincidem nos seus crimes em cerca de 20% dos casos. Valia também a pena voltar a discutir para o futuro o papel que as imagens das televisões têm na multiplicação destas práticas e saber se não faria sentido um

pacto de auto-regulação entre os meios de comunicação social. Mas o reconhecimento destes problemas não deve levar à ilusão que o desastre que nos últimos dias se abateu sobre a floresta nacional tem no incendiarismo a sua principal causa. Se assim fosse, não se teria verificado um aumento exponencial de ignições nestes dias de forte calor e de baixa humidade, nem sequer se teriam registado fogos com a dimensão do que está há dias a destruir a serra do Caramulo. Mesmo que nestes dias de aflição e de comoção nacional seja defensável que as mensagens políticas devam apoiar o esforço dos bombeiros e procurem denunciar a profusão de crimes contra o património florestal nacional, o Governo não pode deixar de insistir na necessidade de se voltar a repensar as políticas destinadas a protegê-lo e valorizá-lo. É em momentos de alarme social como o que vivemos que se reúnem condições para se ousarem medidas de fundo para o futuro. Em 2003/2005 essa oportunidade foi aproveitada. Seria bom que essa inspiração pudesse ser repetida e que de uma vez por todas o país falasse da sua floresta ao longo do ano inteiro.

O fantasma do segundo resgate

A decisão do Tribunal Constitucional de chumbar as normas da lei da requalificação da função pública que facilitaria os despedimentos não apanhou o Governo de surpresa, mas as declarações de ontem de Passos Coelho mostram que o Governo ainda não tem um plano B. O primeiro-ministro acusou o TC de ter uma visão "demasiado restritiva" da Constituição, o que estará a atrapalhar a tentativa do Governo de pôr em marcha a reforma do Estado. Ontem Passos Coelho radicalizou ainda mais o discurso e talvez pela primeira vez tenha acenado com a ameaça de um segundo resgate a Portugal. Mas antes de proferir uma afirmação com este peso - que poderá assustar os credores e ter consequências bastante negativas na evolução dos juros da dívida - o Governo deveria sentar-se à mesa com a *troika* para desenhar o tal plano B para reduzir a despesa. A boa notícia, até ver, é que Passos parece descartar mais impostos.